



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 049

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 1986

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 66ª SESSÃO, EM 15 DE MAIO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR LUIZ VIANA — Visita do Presidente José Sarney a Portugal.

SENADOR MARTINS FILHO — Greve dos magistrados do Rio Grande do Norte. Denúncia da cobrança de água que estaria ocorrendo na venda de caminhões.

SENADOR SEVERO GOMES — Encaminhando à Mesa, projeto de lei do Senado que estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros países.

SENADOR JAMIL HADDAD, como Líder — Apoio de S. Exª ao projeto objeto do pronunciamento do Senador Severo Gomes. Reivindicações salariais dos professores particulares da cidade do Rio de Janeiro.

1.2.2 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 99, de 1986, de autoria do Sr. Severo Gomes, que estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros países.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/81 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da previdência social. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 84/81 (nº 3.464/80, na Casa de origem), que institui o "Dia Nacional de Combate ao Fumo". **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 28/82 (nº 1.096/79, na Casa de origem), que permite a impropriação de mandado de segurança contra atos de auto-

riedade do ensino particular, de qualquer grau. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 69/81 (nº 816/79, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 110 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, determinando o pagamento, pelo infrator, de multa de trânsito de sua responsabilidade. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 71/81 (nº 81/79, na Casa de origem), que modifica a redação do caput do art. 7º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1984, que institui o sistema financeiro para aquisição de casa própria. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 85/81 (nº 3.652/80, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, dispendo sobre os Conselhos Federal e Regionais de Economia. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 104/79 (nº 3.923/77, na Casa de origem), que especifica condições para inscrição e registro de embarcações. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 196/84 (nº 2.736/83, na Casa de origem), que dispõe sobre a alienação de imóveis pertencentes aos municípios e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 187/85 (nº 4.967/85, na Casa de origem), que fixa valores de retribuição da Categoria Funcional de Biomédico e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 86/86, solicitando, nos termos do art. 76, do Regimento Interno, a criação de uma comissão especial, composta de 5 membros, para, no prazo de 50 dias, estudar e apresentar soluções sobre problemas atuais de saúde pública. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 92/86, solicitando, através do Ministério da Indústria e do Comércio, informações à Superintendência de Seguros Privados — SUSEP, acerca da interrupção havida nas atividades de em-

presas de previdência privada e consequentes providências porventura tomadas visando à defesa dos associados dessas entidades. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 4/84, que introduz alterações no art. 17 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para dispor sobre indenização dos aposentados espontaneamente e que contavam mais de dez anos de serviço na mesma empresa anteriormente a setembro de 1966. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 143/85, que revoga disposição do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 46/85, que introduz modificações no Código Penal, com vistas a ampliar a imunidade penal do advogado no exercício de sua atividade postulatória judicial. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 151/85, que dispõe sobre a edição de decretos secretos, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 242/84, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 197/84 (nº 953/83, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional do Milho — PROMILHO e determina outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum, para votação do Requerimento nº 93/86.**

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Apelo de prefeitos, reunidos no I Encontro do PMDB do Vale do Araguaia, em favor dos agricultores daquela região.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDO

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 66ª Sessão, em 15 de maio de 1986**4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura****Presidência do Srs. Martins Filho e Luiz Viana****ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Eunice Michiles — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Lins — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Amaral Peixoto — Jamil Haddad — Alfredo Campos — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Gastão Müller — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Oetávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Não há Expediente a ser lido. Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana, para uma breve comunicação.

O SR. LUIZ VIANA (PMDB — BA. Para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tendo acompanhado a comitiva que foi com o Presidente Sarney a Portugal, e da qual também participaram nossos colegas Alfredo Campos e Luiz Cavalcante, pareceu-me devem consignar nos trabalhos desta Casa um registro sobre aquela visita que, realmente, constituiu um grande êxito, tanto sob o ponto de vista social, político, quanto o intelectual e econômico. Estou certo de que pela altitude em que a colocou o Presidente Sarney, a visita a Portugal e Cabo Verde será um marco indelével nas relações do Brasil com as duas Nações amigas.

De modo geral, as visitas Presidenciais — e eu já assisti algumas — se esgotam nas próprias festas que cercam os Chefes de Estado.

Acredito, no entanto, que a viagem do Senhor Presidente José Sarney vai se desdobrar em aspectos econômicos, que serão de permanente importância para o Brasil e para Portugal. É que ela coincide com a entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu o que proporcionará a empresários brasileiros a oportunidade de poderem investir em Portugal, para lá levando produtos brasileiros já semifabricados, semimanufaturados, que poderão ser transportados ou vendidos para aquele imenso mercado de mais de 300 milhões de alto poder aquisitivo.

Foi, aliás, a tônica que o Presidente Sarney deu no discurso que pronunciou no encontro entre empresários

brasileiros — e não foram poucos os que lá estavam — e empresários portugueses. Pareceu-me que todos eles, quer brasileiros e quer portugueses, estavam animados de propósitos de cooperação, de associação para, juntos, poderem realizar essa nova etapa da vida econômica, da vida industrial, das exportações brasileiras e portuguesas.

Creio que sob esse aspecto, ou que esse aspecto terá sido, a meu ver, um dos mais importantes da visita do Presidente José Sarney. Naturalmente não precisaria dizer, pois é óbvio, do brilho de que se revestiram tanto a posse do presidente na Academia das Ciências, quanto a outorga do título de doutor *honoris causa* da Universidade de Coimbra. Nas duas oportunidades o Presidente José Sarney proferiu discursos que são, realmente, páginas de alto quilate literário e intelectual. Discursos que enalteceram a cultura e a inteligência do Brasil.

Havia, também, Sr. presidente, a feliz circunstância de haver assumido a presidência de Portugal, havia pouco, o Dr. Mário Soares, que realmente, junto com o Presidente José Sarney, pode travar um diálogo de dois homens de Estado voltados para o futuro. Esse é o maior sentido do encontro entre os dois estadistas, pois não estavam, como muito freqüente nas relações entre o Brasil e Portugal, apenas voltados para o passado, por mais que a ele estejam presos, por mais que o admirem, por mais que se orgulhem dos feitos que marcam a história do Brasil e a de Portugal. Não! Eles estão voltados para o futuro. Posso afirmar haver sido uma visita perfeita, devendo ser ressaltada a participação que nela tiveram os embaixadores Adriano carvalho e Alberto Costa e Silva.

Tanto quanto em Portugal também em Cabo Verde o Presidente Sarney, nas palavras proferidas para o mundo africano voltou-se para o futuro. Realmente, as palavras que aí proferiu e que envolviam vários temas da maior atualidade e da maior importância, para a vida do continente africano, eram a posição que o Brasil quer e vai assumir na vida internacional, face ao continente africano. Refiro-me ao problema do *apartheid*, ao problema da independência da naníbia, ao problema da presença de elementos militares de Cuba em Angola e, sobretudo, o problema da militarização ou desmilitarização do oceano Atlântico. Realmente, fato da maior importância para a vida, para a paz e para a tranquilidade do Brasil. Não podemos deixar de ter os olhos permanentemente voltados para o Atlântico Sul, tanto ele diz de perto aos nossos interesses, não digo interesses militares, mas inte-

resses comerciais, interesses pacíficos, que mantenham abertas as rotas da nossa navegação.

Foi assim, Sr. Presidente, uma visita da maior importância, a que acaba de realizar o Presidente Sarney a Portugal e a Cabo Verde, levando a ambos os países o pensamento do Brasil sobre os graves problemas da atualidade política. E foram essas palavras que tiveram acolhida calorosa não apenas na imprensa, mas em todo o mundo político, inclusive na Assembleia Nacional de Portugal, que recebeu o Presidente Sarney, com uma das maiores manifestações até já prestadas a um Chefe de Estado.

Este, Sr. Presidente, o testemunho que desejaria e desejo trazer à Casa, para que fique registrado em nossos Anais.

Muito agradecido a V. Exª (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO (PMDB — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os magistrados do Rio Grande do Norte continuam em greve.

O que recebem não é suficiente, no mínimo, para viverem com dignidade.

Diante dos ouvidos moucos do Sr. Governador renunciante, os magistrados foram constrangidos ao recurso extremo da greve.

Não lutam por privilégios. Lutam por sua dignidade pessoal e profissional, que não pode ser aviltada pela insensibilidade de um governante despreparado, que prefere malbaratar recursos do erário em contratações eleicoeiras, que atender os reclamos de uma classe toda, mobilizada para obter justiça.

Um Governo que não valoriza a justiça, não pode ser valorizado. Merece o repúdio de seu povo.

Quero desta tribuna, reiterar meu apoio ao poder judiciário do Rio Grande do Norte.

Poder, cujas armas são a lei e o senso do dever moral, tem de ter o apoio da consciência potiguar, do povo, para que possa ser ouvido seu justo clamor.

Apelo, daqui, ao ilustre Governador Radir Pereira de Araújo, que ouça a voz da Magistratura. Mostre que o Rio Grande do Norte mudou. Que se a festa da renúncia não agradou ao renunciante, deve agradar ao povo pelo que significa de arejamento no Governo de nosso Estado.

Os magistrados apelam por retribuição condigna a seu trabalho. Não dizem as sagradas escrituras que "não se ata a boca do boi que mói o trigo?" E em outra parte que "digno é o trabalhador de seu salário?"

Atenda, Sr. Governador, o apelo dos magistrados. Não permita que o Rio Grande do Norte continue ser a vitrina nacional do desmando, da desadministração, dos cambalachos eleicoeiros, das mazelas sem remédio.

Apelo mais uma vez ao Sr. Governador para estender a mão à Justiça, e assim procedendo estará resgatando a imagem de nosso torrão natal, tão desgastada pela ação descuidada de maus potiguares.

Quero, ainda, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tratar de outro assunto que reputo muito grave.

Publicou a imprensa, que um pequeno comerciante, um bodegueiro como se diz no nordeste, foi condenado a sete meses de prisão, por vender um vidro de canela-de-cheiro a preço acima da tabela.

Muito bem! A justiça deve ser ministrada e o rigor da lei deve alcançar indistintamente a todos.

Deve ser cega, para não se enfeitar pela grandeza e pelo poder.

Há por aí, todavia, uma justiça caolha, cega de um olho só.

Chegou-me ao gabinete um pobre caminhoneiro de meu Estado, apelando-me — isso, ontem, e, por coincidência, uma emissora de televisão apresentou algo a respeito — para intermediar a compra de um caminhão Mercedes Benz, afirmando que através de um Senador ele o conseguiria com um ágio de apenas 250 mil cruzados.

Repito, Sr. Presidente e Srs. Senadores, com um ágio de apenas 250 mil cruzados. Vejam nobres colegas, isso ainda com a intercessão de um Senador. Caminhão é ferramenta. Admitir cobrança de ágio nessa hipótese, é crime de lesa-pátria.

Se um bodegueiro mereceu sete meses de prisão por vender um vidro de canela acima do preço tabelado, as montadoras que cobram ágio deveriam sofrer intervenção do Governo.

Intervenção na empresa e cadeia a seus responsáveis, não sete meses, mas setenta vezes sete, como nos ensina a Bíblia.

Apelo ao Presidente José Sarney e ao Ministro Djalson Funaro que determinem, por seus meios rigorosa investigação sobre cobrança de ágio na venda de caminhões da Mercedes Benz, ou de outras marcas, e não apenas nas concessionárias, mas na própria Mercedes, que deve cassar a concessão de quem não respeitar a tabela entre seus revendedores.

Que os pátios das fábricas sejam fiscalizados e os caminhões vendidos e não entregues sejam confiscados.

Impõe-se energia contra quem não queira contribuir para a estabilização econômica do País. E quanto maior o infrator, maior deverá ser a força coibidora da infração.

Punir um bodegueiro é somente um pequeno exemplo. Intervir numa multinacional e colocar seu responsável na cadeia é um procedimento didático do maior valor, para ensinar que Brasil não é um País de brincadeira.

Devemos ser um País aberto, a todos quantos queiram aqui investir e trabalhar para a prosperidade comum. Mas não devemos admitir, em hipótese alguma, a nacionais ou estrangeiros, que se burle a lei em nome da ganância.

O Sr. Jamil Haddad — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARTINS FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Jamil Haddad — Nobre Senador Martins Filho, V. Ex^a se pronuncia num assunto de grande interesse. Várias vezes tenho colocado, nesta Casa, que para o sucesso do chamado Plano Cruzado o controle na ponta, no comerciante, feito pelos fiscais do Sarney, com tabela na mão, acompanham, na realidade, o custo dos produtos. Mas declarei, várias vezes também, que caberia ao Governo fiscalizar as fontes de produção. Sabe V. Ex^a, e o seu pronunciamento é claro e incisivo, que parece que não está sendo feita essa fiscalização. O problema do ágio da indústria automobilística tem sido motivo de reportagens em jornais e às vezes em televisão; os pátios estão vazios, segundo declara a própria imprensa: Os que participam em consórcio estão levando de três a quatro meses, quando conseguem no lance ou no sorteio retirar

o carro, para receber o veículo. Já sabemos que a indústria farmacêutica, assim como outras indústrias, não estão entregando ao comércio os produtos por elas fabricados para que possa haver uma majoração dos preços. Vimos, ontem, inclusive estarrecidos, na televisão, produtores de leite declararem que pelo preço que o Governo está estipulando a venda do leite preferem doá-lo a colocá-lo à venda. Veja V. Ex^a que não há controle e autoridade do Governo; ele tem que na realidade se impor neste momento; caso contrário, o Plano Cruzado receberá um cruzado e irá a nocaute.

O SR. MARTINS FILHO — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Jamil Haddad, pela intervenção no meu pronunciamento. E devo dizer a V. Ex^a que, na realidade, o Governo tem agido com a autoridade e acima de tudo com eficiência. Mas precisamos, nós, os representantes do povo, os representantes dos Estados nesta Casa, devemos nós também sugerir medidas ao Governo e contribuir para que o Plano Cruzado tenha pleno êxito, não deixando que multinacionais, que elementos que procuram perturbar ou impedir a execução desse plano, possam continuar criminosamente a agir da maneira como estão agindo.

Concluindo, Sr. Presidente, estamos mudando o Brasil! Mudemo-lo para valer! Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes por cessão do Senador Jamil Haddad.

O SR. SEVERO GOMES (PMDB — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O jornal *Washington Post*, em sua edição de hoje, 15 de maio, anuncia que os Estados Unidos decidiram impor sanções econômicas contra o Brasil. Para isso, a Casa Branca nomeou uma comissão encarregada de estabelecer quais serão as punições que nos serão aplicadas. O trabalho dessa comissão, informa o *Washington Post*, deverá estar concluído até o dia 25 de junho.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mundo assiste à preparação de uma guerra comercial sem limites, em decorrência de políticas protecionistas adotadas pelos países desenvolvidos, não só contra os países em desenvolvimento, mas também entre eles. A troca de pesadas acusações e ameaças entre a Comunidade Econômica Europeia e os Estados Unidos, nos dias que correm, é exemplo evidente desse novo elemento do cotidiano internacional.

O Brasil, cujo comércio exterior vem crescendo a taxas significativas, e que alcança cerca de 40 bilhões de dólares anuais, nos dois sentidos, tem sido um dos principais alvos dessas medidas discriminatórias.

Diversos países, mas sobretudo os Estados Unidos e membros da Comunidade Econômica Europeia (CEE), no passado recente e no presente, tomaram e estão tomando medidas ou praticando políticas que, ao restringir o acesso de produtos brasileiros, afetam seriamente nossa capacidade de exportar.

Soja e têxteis tiveram nos últimos anos problemas com a CEE. Calçados, têxteis, álcool, aços especiais e informática estiveram ou estão na alça de mira da nova legislação comercial americana.

A Lei de Comércio e Tarifas, de 1984 — que pretende sobrepor-se ao Direito Internacional, pois se choca com o princípio de soberania ao interferir na legislação doméstica de todos os parceiros comerciais dos Estados Unidos — contém dispositivos de retaliação comercial contra práticas ou políticas que os Estados Unidos considerem, unilateralmente, prejudiciais aos interesses norte-americanos. Assim, medidas internas decididas livremente por um país em desenvolvimento, para proteção de nascentes industriais de serviços, de política de propriedade industrial e de comércio de bens, são passíveis de retaliação sob diversas formas, com base no princípio de práticas desleais de comércio (*unfair trade practices*).

O sistema econômico latino-americano (SELA) apresentou há pouco relatório sobre a lei americana de comércio e tarifas e sobre seu impacto nos países do continente. Vou ler um trecho dessa análise:

"A Lei de Comércio e Tarifas amplia notavelmente o âmbito da política comercial dos Estados

Unidos, ao incluir entre seus objetivos assuntos relacionados ao tratamento do investimento estrangeiro e ao comércio internacional de serviços. Além do mais, essa lei fortalece o poder discriminatório do executivo daquele país para a imposição de medidas retaliatórias e estabelece diversos mecanismos de negociação com outros países, com a finalidade de condicionar o acesso ao mercado dos Estados Unidos ao outorgamento, por parte desses países, de condições recíprocas de acesso aos investimentos, bens e serviços provenientes dos Estados Unidos. Esta reciprocidade introduz um novo elemento de instabilidade na condução das relações comerciais com os Estados Unidos e, dada a importância que tem o mercado norte-americano para o comércio exterior da região, terá, sem dúvidas, consequências adversas para a América Latina".

Fim da citação do Relatório do Sistema Econômico Latino-Americano.

A Seção 301 da Lei de Comércio dos Estados Unidos faculta ao Presidente daquele País tomar todo o tipo de represálias para remover obstáculos à expansão de seus negócios no exterior. A adoção das retalições passa a ocorrer quando um País qualquer praticar atos que, a juízo do presidente daquele país, forem julgados "injustificáveis, irrazoáveis ou discriminatórios". A Seção 301 estabelece, textualmente, que um ato pode ser julgado irrazoável "mesmo que necessariamente não viole nem seja incompatível com os direitos internacionais dos Estados Unidos". Em outras palavras, aquilo que se considera interesses dos Estados Unidos é colocado acima do Direito Internacional.

Preocupa-nos não somente a força da decisão de uma superpotência, mas as repercussões e o alcance dessa e de outras medidas de outros países que inviabilizam nosso projeto de desenvolvimento econômico, ao tolher o crescimento de um de seus setores mais dinâmicos, como o do comércio exterior, e pôr em risco toda uma política industrial em uma área tecnológica sensível como a informática.

As recentes ameaças, disparadas por altos funcionários do Governo americano, acenando com retalições comerciais, podem ser um primeiro passo, pois a lei norte-americana é extremamente abrangente.

O grande empenho do governo norte-americano em incluir serviços no âmbito das próximas negociações comerciais que se realizarão sob os auspícios do GATT completa o quadro mais amplo da política econômica externa dos EUA.

Para se avaliar a gravidade do problema, basta mencionar que de acordo com a Seção 301 da Lei de Comércio de 1984, considera-se serviços: "Bancos, seguros, transportes, comunicações, informática, comércio varejista e atacado, publicidade, contabilidade, construção, projeto, engenharia, administração de consultoria, negócios imobiliários, serviços profissionais, entretenimento, educação, serviços de saúde e turismo".

Isto quer dizer que o Brasil não poderia formular políticas para nenhum desses setores sem consultar os Estados Unidos, pois do contrário ficaria sujeito a retalições. Como bem disse Raul Prebisch, recentemente falecido, "é a visão de séculos atrás que a metrópole tinha de suas colônias. Essa sequer chega a ser uma lei imperialista, é uma lei colonialista".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esses novos procedimentos não-convencionais tornam dever de patriotismo a adoção de medidas de legítima defesa nacional. Por isso estamos apresentando agora projeto de lei que visa dotar o Governo brasileiro de instrumentos de reação contra tratamentos discriminatórios que venham a ferir nossos interesses.

Não pretendemos, como os Estados Unidos e países da comunidade europeia, instituir procedimento para impor nossos interesses externamente. Mas não podemos abdicar de nossa soberania.

No próximo dia 07 de setembro terminará o prazo, de acordo com a Seção 301 da Lei de Comércio e Tarifas dos EUA, também chamada Seção das "Retalições Presidenciais", para que o Presidente Reagan possa iniciar a sua aplicação.

Peço aos Srs. Senadores a atenção para a iminência das ações retaliatórias que poderão atingir o nosso País e para a necessidade de esforços no Congresso Nacional,

para que até a data em que comemoramos a nossa independência, tenhamos os meios e a força para reafirmá-la.
Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo à leitura do Projeto de Lei da Legítima Defesa Nacional:

PROJETO DE LEI Nº /86

Estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros países.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A adoção de qualquer política ou prática de qualquer ato, por qualquer país estrangeiro, que represente qualquer restrição ao acesso de produtos ou serviços brasileiros a mercados no exterior, determinará a aplicação das medidas previstas nos artigos 2º a 10 da presente lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá estabelecer os procedimentos que se fizerem necessários para declarar o prejuízo ao interesse nacional, à política de desenvolvimento, em qualquer de seus setores e aos interesses de exportadores nacionais, em razão de discriminação contra o Comércio Exterior do País, seja em relação a outros países, seja em razão de tratamento diverso daquele definido ou previsto em acordos internacionais, multilaterais ou bilaterais.

Art. 2º As empresas controladas por capitais originários de país que adote as políticas ou pratique os atos referidos no artigo 1º é vedado, pelo período de tempo de adoção dessa política ou de prática de tais atos, participar de quaisquer associações ou entidades de classe que sejam representadas ou tenham representação em órgãos ou entidades da União, dos Estados e dos Municípios.

Art. 3º O Banco Central suspenderá a remessa das divisas correspondentes a contratos de câmbio firmados por empresas controladas por capitais originários do país que adote as políticas ou quaisquer atos referidos no artigo 1º quando os recursos desses contratos se destinarem ao pagamento de lucros, dividendos, juros, amortizações, royalties, assistência técnica, científica, administrativa e semelhantes, durante essa suspensão pelo período de tempo de adoção daquelas políticas ou da prática daqueles atos.

Art. 4º As empresas controladas por capitais originários de país que adote as políticas ou pratique os atos referidos no artigo 1º desta lei ficarão sujeitas, qualquer que seja a sua forma societária, durante o período de adoção dessas políticas ou de prática de tais atos, ao regime aplicável às companhias de capital aberto, nos termos do que dispõe o parágrafo único do artigo 22 da Lei nº 6.385/76.

Art. 5º O Poder Executivo proverá no sentido de que as empresas controladas por capitais originários de país que adote políticas ou pratique os atos referidos no artigo 1º tenham suspensas, pelo período de tempo de adoção dessas políticas ou de prática de tais atos, ou uso e o gozo:

I — dos incentivos e estímulos fiscais, dos subsídios, das facilidades alfandegárias e de quaisquer outros benefícios que lhes tenham sido concedidos pela União;

II — dos direitos de pesquisa e de lavra mineral que lhes tenham sido concedidos.

Parágrafo único — As providências referidas neste artigo deverão ser cumpridas de modo que as suspensões de que trata tenham eficácia no termo definido no parágrafo único do artigo 12.

Art. 6º As empresas controladas por capitais originários de país que adote as políticas ou pratique os atos referidos no artigo 1º é vedado, durante o período de tempo de adoção dessas políticas ou de prática de tais atos:

I — o registro de patentes ou qualquer outra espécie de direito de propriedade imaterial, em seu nome ou de terceiros;

II — a obtenção de incentivos, financiamentos ou quaisquer outras modalidades de benefícios concedíveis por órgãos ou entidade da Adminis-

tração Direta ou Indireta da União, (inclusive de instituições financeiras e agências de programas técnicos, econômicos e financeiros);

III — a obtenção de direitos de pesquisa e de lavra mineral.

Art. 7º A União, seja através dos seus órgãos da Administração Direta, seja através das suas entidades da Administração Indireta, durante o período de tempo de adoção das políticas ou de prática dos atos referidos no artigo 1º, não contratará a prestação de serviços ou a aquisição de bens produzidos ou comercializados por empresas controladas por capitais originários de país que adote tais políticas ou pratique aqueles atos, ressalvadas as exceções determinadas pelo interesse público, por iniciativa do Presidente da República.

Art. 8º O Poder Executivo poderá suspender as exportações de minerais considerados de natureza estratégica para o Brasil, destinadas ao país que adotar as políticas ou praticar os atos referidos no artigo 1º, durante o período de tempo de sua adoção ou prática.

Art. 9º Fica o Presidente da República autorizado a denunciar tratados, convenções e acordos de natureza comercial, militar, cultural ou científica celebrados com o país que adotar as políticas ou praticar os atos referidos no artigo 1º.

Art. 10. Entende-se por empresa controlada por capitais originários de país que adote as políticas ou pratique os atos referidos no artigo 1º, para os efeitos desta lei, aquelas, com sede ou estabelecidas no Brasil, cuja maioria do capital com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, por interpostas pessoas, a pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país que adotar tais políticas ou praticar tais atos, bem assim aquelas, com sede ou estabelecidas no Brasil, com parcela do seu capital com direito a voto direta ou indiretamente em poder de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País que adotar tais políticas ou praticar tais atos, desde que, diretamente ou através de interpostas pessoas, vinculadas aos controladores da empresa por acordos societários que lhes atribuam o poder de veto em relação e suas decisões, ou poderes de controle nas áreas administrativa ou tecnológica.

Art. 11. Por determinação do Ministério Público da União, qualquer empresa estabelecida no Brasil, independentemente da forma societária que adotar, deverá fornecer-lhe todos os documentos relativos a sua estrutura, organização social e composição e origem de capital, inclusive os acordos e convenções de acionistas ou sócios, bem assim de pessoas jurídicas, brasileiras ou não, que participem do seu capital.

§ 1º Os documentos referidos neste artigo serão mantidos em poder do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a quem competirá a qualificação de empresas controladas por capitais originários de país estrangeiro.

§ 2º O artigo 17 da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, passa a vigorar com o acréscimo da seguinte alínea:

“s — manter o registro de empresas controladas por capitais originários de país estrangeiro”.

§ 3º A recusa, da empresa, ao fornecimento dos documentos referidos neste artigo configurará delito de resistência e sujeitará os seus administradores, aos quais se atribui a responsabilidade pela recusa, às penas prevista no artigo 329 e §§ do Código Penal.

Art. 12. Compete ao Presidente da República, por iniciativa de qualquer setor público ou privado interessado, declarar a caracterização de prejuízo de interesse público ou privado, em consequência da adoção de política ou de prática de ato referido no artigo 1º, por país estrangeiro, para o efeito de aplicação das medidas previstas nos artigos 2º a 10 desta lei.

Parágrafo único. As medidas previstas nos artigos 2º a 10 desta lei serão aplicadas pelo Poder Executivo no prazo máximo de noventa dias, após a declaração mencionada neste artigo.

Art. 13. O Poder Executivo baixará, dentro de sessenta dias, as normas regulamentares que se tornem necessárias à execução desta lei.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad, que falará como Líder do PSB.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — As minhas primeiras palavras, Sr. Presidente e Srs. Senadores, são de apoio ao projeto ora apresentado pelo Senador Severo Gomes.

Há necessidade de que tenhamos a consciência da soberania nacional. Não é mais possível vermos diuturnamente autoridades ligadas ao Governo americano desembarcarem no nosso País e darem recados, que não aceitam a nossa Lei de Informática, que nós temos que revê-la imediatamente, senão medidas e sanções punitivas serão impostas à Nação brasileira.

Há poucos dias, o último intérprete desse pensamento do Presidente Reagan, o General Walter, aqui desembarcou. Declarou textualmente a necessidade da modificação da legislação da informática brasileira. Posteriormente negou que tivesse feito esse comentário.

Não é mais possível, Sr. Presidente, no final do Século XX, que venham a este País puxar as nossas orelhas, quando estamos defendendo a nossa soberania. É um assunto que merece ser bem estudado e me congratulo com o nobre Senador Severo Gomes, ao apresentar esse projeto que é uma defesa do Governo brasileiro contra a exploração do capitalismo internacional. Não é mais possível, volto a dizer, Sr. Presidente, vermos diariamente essas invasões de nosso domicílio, através de veículos de rádio, de televisão e de jornais. Aqui faço um apelo à Liderança do PMDB nesta Casa: fiz um requerimento solicitando a presença do Ministro das Relações Exteriores, nesta Casa, para prestar informações sobre vários assuntos a respeito da política externa brasileira, porque S. Exª, antes de assumir declarou que havia necessidade de se reformular a política de informática deste País. Vimós que o Presidente Sarney, com bilhete de próprio punho, repudiou aquelas declarações antes da posse do Ministro. Há poucos dias, em Portugal, vimos na televisão declarar que não era bem isso que estavam falando: num prazo, talvez, de um ano para se estudar, novamente, a possibilidade de acordo de associação de empresas nacionais e internacionais para a informática neste País.

Nós temos que ter a consciência da nossa soberania. Temos dúvidas de que a opinião pública se somará aos nossos esforços, repudiando o capitalismo internacional, que desde a época do Império vem ditando as regras do jogo no comércio internacional.

É a hora de se dar um basta: chega de recados e puxões de orelha. É a hora de enfrentarmos o poder econômico internacional, usando as mesmas armas, e no fundo, o projeto apresentado, neste momento pelo Senador Severo Gomes, é uma defesa para que possamos enfrentá-los no mesmo campo.

Eram estas, Sr. Presidente, as palavras que queria deixar, sobre este assunto, já que não era o assunto primeiro que me traria à tribuna, neste momento. Mas não poderia deixar de, após a fala do Senador Severo Gomes, hipotecar, em meu nome pessoal e em nome do Partido Socialista Brasileiro, irrestrito apoio ao projeto ora apresentado.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, queria colocar junto à Casa a nossa solidariedade aos professores da rede particular do Estado do Rio de Janeiro, que hoje fazem uma greve de protesto naquele Estado.

Vejam V. Exªs a que ponto chegou a educação neste País. Um professor da rede particular de ensino em meu Estado, da quinta série em diante, recebe um salário de dezenove cruzados e oitenta centavos por hora-aula, e o que é mais escandaloso ainda, os professores até a quarta série recebem onze cruzados e oitenta e nove centavos por aula, o que corresponde a um salário mensal de mil duzentos e três cruzados e oitenta e seis centavos, para vinte e duas horas e meia semanais, ou seja, oitenta e oito horas mensais.

Sr. Presidente, os professores da rede particular de ensino, rede que cresceu enormemente após 64, universida-

des particulares se espalharam por este País amealhando verdadeiras fortunas a seus proprietários, colégios particulares pagam um salário mínimo e meio aos professores que lá lecionam.

Sr. Presidente, não é possível que se admita isso, um professor ganhando onze cruzados, vamos arredondar, doze cruzados por aula. Deslocando-se ele da sua residência ao colégio, gastando, no mínimo, três cruzados de condução, e se tomar um cafezinho no colégio, que hoje custa dois cruzados, volta ele para casa com seis cruzados no bolso. No fim do mês, considerando-se que aos sábados e domingos não há aulas, num total de vinte e dois dias úteis, ele terá no máximo uma economia, não fazendo mais nada, de vinte vezes seis, ou seja, cento e vinte cruzados ao fim do mês.

E vejamos V. Ex.^{as} a proposta que foi apresentada pelos diretores destes estabelecimentos de ensino. Foi proposto aos mesmos um aumento de 2%, a partir de abril, a ser-lhes pago em junho de 1986.

Sr. Presidente, eu, às vezes, não acredito, acho encontrar-me em um país psicodélico. Não posso crer que se queira dar um aumento de 2%, que representaria vinte e quatro cruzados no fim do mês, para a classe dos professores da rede particular do meu Estado.

Sr. Presidente, há necessidade de uma consciência nesse País, a consciência de que a Educação é o cerne, é a base do nosso desenvolvimento. Como um professor, que ganha esse salário, pode se aprofundar nos estudos e lecionar com profundidade, fazendo com que as novas gerações estudantis tenham capacidade para ingressar em estabelecimentos superiores nesse País?

Não é mais possível, Sr. Presidente, que continue essa política no campo educacional, pagando-se esse salário àqueles que devem ministrar com tranquilidade as suas aulas, para que possam orientar essa juventude que será a elite dirigente no futuro desse País, razão pela qual hipotecamos nossa irrestrita solidariedade a esta luta do professorado no Estado do Rio de Janeiro.

Eram essas palavras, Sr. Presidente, que eu queria colocar perante a Casa. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PRÓJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 1986

Estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros países.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A adoção de qualquer política ou prática de qualquer ato, por qualquer país estrangeiro, que represente qualquer restrição ao acesso de produtos ou serviços brasileiros a mercados no exterior, determinará a aplicação das medidas previstas nos artigos 2º a 10 da presente lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá estabelecer os procedimentos que se fizerem necessários para declarar o prejuízo ao interesse nacional, à política de desenvolvimento, em qualquer de seus setores, e aos interesses de exportadores nacionais, em razão de discriminação contra o comércio exterior do país, seja em relação a outros países, seja em razão de tratamento diverso daquele definido ou previsto em acordos internacionais multilaterais ou bilaterais.

Art. 2º As empresas controladas por capitais originários de país que adote as políticas ou pratique os atos referidos no artigo 1º é vedado, pelo período de tempo de adoção dessa política ou de prática de tais atos, participar de quaisquer associações ou entidades de classe que sejam representadas ou tenham representação em órgãos ou entidades da União, dos Estados e dos Municípios.

Art. 3º O Banco Central suspenderá a remessa das divisas correspondentes a contratos de câmbio firmados por empresas controladas por capitais originários do país que adote as políticas ou quaisquer atos referidos no artigo 1º, quando os recursos desses contratos se destinarem ao pagamento de lucros, dividendos, juros, amortizações, royalties, assistência técnica, científica, administrativa e semelhantes, durante essa suspensão pelo

período de tempo de adoção daquelas políticas ou da prática daqueles atos.

Art. 4º As empresas controladas por capitais originários de país que adote as políticas ou pratique os atos referidos no artigo 1º desta lei ficarão sujeitas, qualquer que seja a sua forma societária, durante o período de adoção dessas políticas ou de prática de tais atos, ao regime aplicável às companhias de capital aberto, nos termos do que dispõe o parágrafo único do artigo 22 da Lei nº 6.385/76.

Art. 5º O Poder Executivo proverá no sentido de que as empresas controladas por capitais originários de país que adote as políticas ou pratique os atos referidos no artigo 1º tenham suspensas, pelo período de tempo de adoção dessas políticas ou de prática de tais atos, o uso e o gozo:

I — dos incentivos e estímulos fiscais, dos subsídios, das facilidades alfandegárias e de quaisquer outros benefícios que lhes tenham sido concedidos pela União;

II — dos direitos de pesquisa e de lavra mineral que lhes tenham sido concedidos.

Parágrafo único. As providências referidas neste artigo deverão ser cumpridas de modo que as suspensões de que trata tenham eficácia no termo definido no parágrafo único do artigo 12.

Art. 6º As empresas controladas por capitais originários de país que adote as políticas ou pratique os atos referidos no artigo 1º é vedado, durante o período de tempo de adoção dessas políticas ou de prática de tais atos:

I — o registro de patentes ou qualquer outra espécie de direito de propriedade imaterial, em seu nome ou de terceiros;

II — a obtenção de incentivos, financiamentos ou quaisquer outras modalidades de benefícios concedíveis por órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta da União, (inclusive de instituições financeiras e agências de programas técnicos, econômicos e financeiros);

III — a obtenção de direitos de pesquisa e de lavra mineral.

Art. 7º A União, seja através dos seus órgãos da Administração Direta, seja através das suas entidades da Administração Indireta, durante o período de tempo de adoção das políticas ou de prática dos atos referidos no artigo 1º, não contratará a prestação de serviços ou a aquisição de bens produzidos ou comercializados por empresas controladas por capitais originários de país que adote tais políticas ou pratique aqueles atos, ressalvadas as exceções determinadas pelo interesse público, por iniciativa do Presidente da República.

Art. 8º O Poder Executivo poderá suspender as exportações de minerais considerados de natureza estratégica para o Brasil, destinadas ao país que adotar as políticas ou praticar os atos referidos no artigo 1º, durante o período de tempo de sua adoção ou prática.

Art. 9º Fica o Presidente da República autorizado a denunciar tratados, convenções e acordos de natureza comercial, militar, cultural ou científica, celebrados com o país que adotar as políticas ou praticar os atos referidos no artigo 1º.

Art. 10. Entende-se por empresa controlada por capitais originários de país que adote as políticas ou pratique os atos referidos no artigo 1º, para os efeitos desta lei, àquelas, com sede ou estabelecidas no Brasil, cuja maioria do capital com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, por interpostas pessoas, a pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País que adotar tais políticas ou praticar tais atos, bem assim àquelas, com sede ou estabelecidas no Brasil, com parcela do seu capital com direito a voto direto ou indiretamente em poder de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País que adotar tais políticas ou praticar tais atos, desde que, diretamente ou através de interpostas pessoas, vinculadas aos controladores da empresa por acordos societários que lhes atribuam o poder de veto em relação a suas decisões, ou poderes de controle nas áreas administrativas ou tecnológica.

Art. 11. Por determinação do Ministério Público da União, qualquer empresa estabelecida no Brasil, independentemente da forma societária que adotar, deverá fornecer-lhe todos os documentos relativos a sua estrutura, organização social e composição e origem de capital, inclusive os acordos e convenções de acionistas ou só-

cios, bem assim de pessoas jurídicas, brasileiras ou não, que participem do seu capital.

§ 1º Os documentos referidos neste artigo serão mantidos em poder do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a quem competirá a qualificação de empresas controladas por capitais originários de país estrangeiro.

§ 2º O artigo 17 da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, passa a vigorar com o acréscimo da seguinte alínea:

“s — manter o registro de empresas controladas por capitais originários de país estrangeiro”.

§ 3º A recusa, da empresa, ao fornecimento dos documentos referidos neste artigo configurará delito de resistência e sujeitará os seus administradores, aos quais se atribua a responsabilidade pela recusa, às penas previstas no artigo 329 e §§ do Código Penal.

Art. 12. Compete ao Presidente da República, por iniciativa de qualquer setor público ou privado interessado, declarar a caracterização de prejuízo de interesse público ou privado, em consequência da adoção de política ou de prática de ato referido no artigo 1º, por país estrangeiro, para o efeito de aplicação das medidas previstas nos artigos 2º a 10 desta lei.

Parágrafo único. As medidas previstas nos artigos 2º a 10 desta lei serão aplicadas pelo Poder Executivo no prazo máximo de noventa dias, após a declaração mencionada neste artigo.

Art. 13. O Poder Executivo baixará, dentro de sessenta dias, as normas regulamentares que se tornem necessárias à execução desta lei.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Os países desenvolvidos — notadamente os Estados Unidos e os integrantes da Comunidade Econômica Europeia — estão adotando tratamentos discriminatórios contra as nações que não se curvam ante os interesses dos mais fortes.

O exemplo mais evidente dessa prática é a Lei de Comércio e Tarifas dos Estados Unidos, cuja versão atual data de outubro de 1984. Por meio dessa norma o Congresso Americano confere ao presidente o poder de impor represálias a qualquer país cuja política interna for considerada, por juízo próprio, prejudicial aos interesses dos Estados Unidos.

Os objetivos e o alcance dessa lei podem ser entrevistos em alguns de seus tópicos. Nela, o termo “comércio” inclui:

a) os serviços (inclusive transferência de informações) associados com o comércio internacional, estejam ou não tais serviços relacionados com bens específicos; e b) investimentos estrangeiros por pessoas estadunidenses com implicações no comércio de bens e serviços.

A definição do termo “serviços”, na Seção 306 da Lei, diz que serviços são “atividades econômicas cujos produtos são distintos dos bens tangíveis. Tais termos incluem, sem estar limitados, atividades bancárias, de seguro, de transporte, de comunicações e processamento de dados, de comércio varejista e atacadista, de propaganda, de construção civil, de projetos, de engenharia, de consultoria em administração, de negócios imobiliários, de serviços profissionais, de entretenimento, de educação, de serviços de saúde e de turismo”.

Os objetivos da lei, expressos na Seção 305, são: “reduzir ou eliminar as barreiras e outras distorções ao comércio internacional de serviços nos mercados estrangeiros, inclusive aquelas barreiras que neguem às importações ou às empresas americanas o mesmo tratamento que é dado às empresas nacionais...” e ainda: “estabelecer normas acordadas internacionalmente, inclusive procedimentos para a solução de controvérsias que 1) contribuam para assegurar o livre fluxo de investimentos estrangeiros diretos; e 2) reduzam ou eliminem as distorções no comércio causadas por certas medidas ligadas ao comércio”.

Essas definições evidenciam que os Estados Unidos negam aos demais países o direito de adotarem as normas de política interna que mais consultem aos seus interesses em praticamente todos os setores econômicos. Todos devem adotar políticas de acordo com os interesses norte-americanos, sob pena de sofrerem retaliações.

Raul Prebisch, o fundador da CEPAL, há pouco falecido, não conteve seu espanto ante as disposições da Lei de Comércio e Tarifas dos Estados Unidos. Em seu entender, essa norma configura "a visão que, séculos atrás, a metrópole tinha de suas colônias. Essa sequer chega a ser uma lei imperialista. É uma lei colonialista".

As retaliações da Lei de Comércio são acionadas quando o Presidente dos Estados Unidos determinar que um ato, política ou prática de um país estrangeiro:

— "é inconsistente com qualquer acordo de comércio, ou nega aos Estados Unidos os benefícios previstos nesses acordos, ou

— é injustificável, irrazoável ou discriminatório e restringe ou trás problemas ao comércio dos Estados Unidos".

E o que seria "irrazoável", nos termos da lei? Eis a resposta:

"Qualquer ato, política ou prática que, mesmo que não viole ou seja inconsistente com os direitos internacionais dos Estados Unidos, seja considerado injusto ou não equitativo. O termo inclui, sem estar limitado a, qualquer ato, política ou prática que nega equitativas e justas: I) oportunidades de mercado, II) oportunidades para o estabelecimento de empresas, ou III) provisão de proteções adequadas e efetivas aos direitos de propriedade intelectual".

E o que seria "discriminatório"? De acordo com a lei, o termo abrange "qualquer ato, política ou prática que nega o tratamento similar ao nacional ou o tratamento de nação mais favorecida aos bens, serviços ou investimentos dos Estados Unidos".

Para os interesses norte-americanos, portanto, não existem mais fronteiras. Em qualquer país eles têm que ser tratados como interesses nacionais, e quem não aceitar essa relação colonial fica sujeita às retaliações. E quais são as retaliações?

Sempre nos termos da lei, são:

— "suspender, retirar ou impedir a aplicação de, ou abster-se de proclamar, os benefícios a concessões de acordos de comércio, ou abster-se de levar à frente um acordo comercial com o país estrangeiro ou organização envolvida;

— aplicar taxas alfandegárias ou outras restrições às importações de produtos desse país estrangeiro ou organização envolvida, ou impor restrições aos serviços respectivos pelo tempo que considere apropriado;

— impor taxas alfandegárias ou qualquer outra restrição à importação de produtos e serviços de tais países ou organizações estrangeiras, incluindo a exclusão da entrada nos Estados Unidos de tais produtos".

O governo brasileiro precisa ser dotado de instrumentos legais eficientes para enfrentar as ameaças contidas na Lei de Comércio e Tarifas dos Estados Unidos, e nas legislações dos países integrantes da Comunidade Econômica Europeia. Não só por questão de interesse econômico, mas até por imperativo de dignidade, pois as retaliações previstas anulam, na prática, a soberania nacional.

A lei que ora propomos configura legítima defesa nacional. Não objetivamos impor políticas a nenhum país, mas não aceitamos que potência nenhuma venha ditar normas sobre nossos assuntos internos. Se nos aplicarem discriminações, deveremos responder com discriminações.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1986. — Severo Gomes.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.385 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976

Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

CAPÍTULO V

Das Companhias Abertas

Art. 22. Considera-se aberta a companhia cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação na bolsa ou no mercado de balcão.

Parágrafo único. Compete à Comissão expedir normas aplicáveis às companhias abertas, sobre:

I — a natureza das informações que devam divulgar e a periodicidade da divulgação;

II — relatório da administração e demonstrações financeiras;

III — a compra de ações emitidas pela própria companhia e a alienação das ações em tesouraria;

IV — padrões de contabilidade; relatórios e pareceres de auditores independentes;

V — informações que devam ser prestadas por administradores e acionistas controladores, relativas à compra, permuta ou venda de ações emitidas pela companhia e por sociedades controladas ou controladoras;

VI — a divulgação de deliberações da assembléia geral e dos órgãos de administração da companhia, ou de fatos relevantes ocorridos nos seus negócios, que possam influir, de modo ponderável, na decisão dos investidores do mercado, de vender ou comprar valores mobiliários emitidos pela companhia;

VII — as demais matérias previstas em lei.

LEI Nº 4.137, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962

Regula a repressão ao abuso do Poder Econômico.

CAPÍTULO IV

Da Competência do CADE

Art. 17. Compete ao CADE:

a) proceder, em face de indícios veementes, a averiguações preliminares para verificar se há real motivo para instauração de processo administrativo destinado a apurar e reprimir os abusos do poder econômico;

b) apurar, em face de representação, a existência de quaisquer atos que constituam abusos do poder econômico, puníveis nesta lei;

c) ordenar providências que conduzam à cessação da prática de abuso do poder econômico dentro do prazo que determinar;

d) decidir sobre a existência ou não de abusos do poder econômico, nos termos desta lei;

e) notificar os interessados das suas decisões e lhes dar cumprimento;

f) determinar à Procuradoria as providências administrativas ... (vetado); ... cabíveis;

g) requisitar dos órgãos do poder executivo federal e solicitar dos Estados ou Municípios as providências necessárias para cumprimento desta lei;

h) requisitar de todos os órgãos do poder público serviços, pessoal, diligências e informações necessárias ao cumprimento desta lei;

i) aprovar a indicação de peritos e técnicos que devam colaborar na realização de exames, vistorias e estudos, aprovando, em cada caso, os respectivos honorários e demais despesas de processo que deverão ser pagas pela Empresa, se vier a ser punida nos termos desta lei;

j) requerer a intervenção nos termos desta lei;

k) indicar ao Judiciário os interventores;

l) (vetado);

m) cominar multa, nos termos desta lei;

n) estruturar o quadro de seu pessoal a ser submetido ao Congresso Nacional, através do Presidente do Conselho de Ministros;

o) fornecer anualmente, ao Presidente do Conselho de Ministros, dados relativos à elaboração do anexo do CADE para a proposta orçamentária da União;

p) propor a desapropriação do acervo de empresas nos casos previstos nesta lei;

q) fazer, quando necessário, o levantamento das pessoas jurídicas;

r) instruir o público sobre as formas de abuso do poder econômico.

— Às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia, de Relações Exteriores e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está finda a hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação

Em consequência, as matérias da Ordem do Dia, em fase de votação, constituída dos Projetos de Lei da Câmara nºs 10/81, 84/81, 28/82, 69/81, 71/81, 85/81, 104/79, 196/84 e 187/85; Requerimentos nºs 86 e 92, de 1986; Projetos de Lei do Senado nºs 4/84, 143/85, 46/85, 151/85 e 242/84, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária, bem como a do Projeto de Lei da Câmara nº 197/84, por depender de votação de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, faz poucos dias, aconteceu na cidade de Nova Xavantina, às margens do rio das Mortes em Mato Grosso, o "I Encontro do PMDB do Vale do Araguaia".

Foi gerado um documento naquela oportunidade, visando alertar os poderes públicos, especialmente, da área da agricultura, para o drama que vivem os produtores rurais daquela imensa região.

O manifesto diz o seguinte:

"Vem manifestar sua profunda preocupação com a situação dramática pela qual passam, no momento, os agricultores da região, especialmente plantadores de soja que, diante dos preços de mercado vigentes, são forçados a venderem sua produção ao preço mínimo."

Adiante, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fala o documento a respeito da insuficiência da armazenagem, refere-se também para a questão da venda do produto, pois, até agora a CFP, não está cumprindo com os compromissos feitos. Reclama, outrossim, sobre o transporte do produto, especialmente, diante da precariedade das estradas. Reivindicam os Diretórios Municipais do PMDB, sérias providências, a fim de sanar tão trágica situação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço minhas as palavras e apelos dos correligionários reunidos em Nova Xavantina. O único consolo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a esperança de que o Governo Federal, aja energeticamente, ou seja, que exista, não só nas palavras, mas também nas ações uma efetiva e eficiente ação do Governo Federal. Os reclames dos agricultores são justos, são imperiosos; que se estimule a produção. Há que se estabelecer uma nova política agrícola.

Leio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o referido documento, a fim de constar dos Anais desta Casa.

I ENCONTRO DO PMDB DO VALE DO ARAGUAIA (MT) — NOVA XAVANTINA

— Moção —

Ao Exmº Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Iris Rezen-de Machado

c/c: — Presidente da Comissão da Agricultura da Câmara Federal

Dep. Márcio Lacerda

— Presidente da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) — Brasília

Dr. Ignácio Mammana Neto

— Agenda Regional da CFP/MT — Cuiabá

Dr. Francisco Framarion Pinheiro

— Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa — Cuiabá

— Bancada do PMDB/MT na Câmara dos Deputados — Brasília

— Bancada do PMDB/MT no Senado Federal — Brasília

Os Diretórios do PMDB dos Municípios do Vale do Araguaia, reunidos em encontro regional, nos dias 19 e 20 de abril de 1986, vêm manifestar sua profunda preocupação com a situação dramática pela qual passam, no momento, os agricultores da região, especialmente plantadores de soja que, diante dos preços de mercado vigen-

tes, são forçados a vender sua produção ao preço mínimo.

Os armazéns são insuficientes para abrigarem toda a produção, que vem sendo armazenada precariamente. Alguns estão completamente lotados e os restantes ficarão lotados no transcorrer da semana de 20 a 25 de abril de 1985. Recém 50% de safra de soja está colhida.

As vendas para a CFP estão sendo realizadas e, conforme acertado pelas entidades representativas dos agricultores, cabe àquela Companhia providenciar a remoção do produto para abrir novos espaços.

Esta remoção, no entanto, vem se processando em quantidades totalmente inferiores ao necessário e, ao que conste, as perspectivas de regularização são negativas pela falta de adequado esquema de transporte e insuficiente capacidade de descarga no destino.

Reivindicam os Diretórios e lideranças políticas reunidos a determinação, por V. Ex., de urgentes e inadiáveis providências para que esta situação seja sanada. Caso contrário, as consequências políticas negativas poderão ser decisivas para o próximo pleito eleitoral em Mato Grosso, para o PMDB. Isto sem falar nos enormes prejuízos econômicos para a região e o renovado desestímulo aos já tão sofridos agricultores das áreas pioneiras deste Estado.

Nova Xavantina, 20 de abril de 1985.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1981 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 354 e 355, de 1981, das Comissões:

- de **Legislação Social**; e
- de **Finanças**.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1981 (nº 3.464/80, na Casa de origem), que institui o "Dia Nacional de Combate ao Fumo", tendo

PARECERES, sob nºs 1.191, de 1981, 461 e 462, de 1985, das Comissões:

- de **Saúde** — 1º **Pronunciamento**: favorável; 2º **Pronunciamento**: favorável à Emenda nº 1, de Plenário;
- de **Constituição e Justiça**, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, de Plenário.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1982 (nº 1.096/79, na Casa de origem), que permite a impetração de mandado de segurança contra atos de autoridade do ensino particular, de qualquer grau, tendo

PARECERES, sob nºs 878, de 1982 e 1.059, de 1985, da Comissão:

- de **Constituição e Justiça**, 1º **Pronunciamento**: favorável; 2º **Pronunciamento**: pela constitucionalidade e juridicidade da Emenda nº 1, de Plenário.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 1981 (nº 816/79, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 110 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, determinando o pagamento, pelo infrator, de multa de trânsito de sua responsabilidade, tendo

PARECERES, sob nºs 83 e 84, de 1984, das Comissões:

- de **Transportes, Comunicações e Obras Públicas**, favorável; e

— de **Finanças**, favorável, com voto vencido dos Senadores Passos Pôrto e José Lins.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1981 (nº 81/79, na Casa de origem), que modifica a redação do caput do art. 7º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição de casa própria, tendo

PARECERES, sob nºs 1.055 e 1.056, de 1983, das Comissões:

- de **Economia**, favorável; e
- de **Finanças**, favorável, com Emenda que apresenta de nº 1-CF.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1981 (nº 3.652/80, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, dispondo sobre os Conselhos Federal e Regionais de Economia, tendo

PARECERES, sob nºs 72 e 73, de 1983, das Comissões:

- de **Legislação Social**, favorável; e
- de **Constituição e Justiça**, (exame solicitado em Plenário) pela constitucionalidade e juridicidade.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1979 (nº 3.923/77, na Casa de origem), que especifica condições para inscrição e registro de embarcações, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 175, de 1981, da Comissão:

- de **Transportes, Comunicações e Obras Públicas**.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 196, de 1984 (nº 2.736/83, na Casa de origem), que dispõe sobre a alienação de imóveis pertencentes aos municípios e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.215 e 1.216, de 1985, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**; e
- de **Municípios**.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 1985 (nº 4.967/85, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que fixa valores de retribuição da Categoria Funcional de Biomédico e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 200 e 201, de 1986, das Comissões:

- de **Serviço Público Civil**; e
- de **Finanças**.

10

Votação, em turno único, do Requerimento nº 86, de 1986, de autoria do Senador Marcondes Gadelha, solicitando, nos termos do art. 76, do Regimento Interno, a criação de uma comissão especial, composta de 5 membros, para, no prazo de 50 dias, estudar e apresentar soluções sobre problemas atuais de saúde pública, tendo

PARECER ORAL, favorável, proferido em Plenário, da Comissão de Saúde.

11

(Artigo 239, Inciso VI, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 92, de 1986, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando, através do Ministério da Indústria e do Comércio, informações à Superintendência de Seguros Privados — SUSEP, acerca da interrupção havida nas atividades de empresas de previdência privada e consequentes providências porventura tomadas visando à defesa dos associados dessas entidades.

12

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1984, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, que introduz alterações no art. 17 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para dispor sobre indenização dos aposentados espontaneamente e que contavam mais de dez anos de serviço na mesma empresa anteriormente a setembro de 1966, tendo

PARECERES, sob nºs 584 e 585, de 1985, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável; e
- de **Legislação Social**, favorável.

13

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 143, de 1985, de autoria do Senador Jorge Kalume, que revoga disposição do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, tendo

PARECERES, sob nºs 279 a 281, de 1986, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável; e
- de **Legislação Social e de Finanças**, favoráveis.

14

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1985, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações no Código Penal, com vistas a ampliar a imunidade penal do advogado no exercício de sua atividade postulatória judicial, tendo

PARECER, sob nº 206, de 1986, da Comissão:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

15

Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 195, I, do Regimento Interno)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 151, de 1985, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre a edição de decretos secretos, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nº 373, de 1986, e oral, proferido em Plenário, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, favorável, nos termos de substitutivo que oferece; e
- de **Segurança Nacional**, contrário ao Projeto e ao Substitutivo.

16

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 1984, de autoria do Senador João Lobo, que dá nova redação ao art. 7º, da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que "fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus", tendo

PARECERES, sob nºs 872 e 873, de 1985, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Educação e Cultura**, favorável, com Emenda que apresenta de nº 1 — CEC.

17

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 197, de 1984 (nº 953/83, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional do Milho — PROMILHO, e determina outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 747 e 748, de 1985, das Comissões:

- de **Agricultura**, favorável; e
- de **Economia**, favorável, com Emendas que apresentam de nºs 1 e 2-CE.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 93, de 1986, de autoria do Senador João Lobo, de adiamento da discussão para o dia 12 de junho próximo.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 40 minutos.)